



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL
COM COTA DO OBJETO RESERVADA À ME E EPP

PARTE A

LICITAÇÃO Nº /CPL/SMS/2023
PROCESSO N.º 7052/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 230.064,00 (Duzentos e trinta mil e sessenta e quatro reais)

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2045
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 03 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 03 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINK DE ACESSO, SÍNCRONO, DEDICADO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA ACOPLADO O SISTEMA PABX VIRTUAL E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIABILIDADE DA DEMANDA, OBJETIVANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 13:30 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9100 ou e-mail: compraspmpparacambi@gmail.com

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 10 dias.

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo 1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo 2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo 3 Modelo de Declaração

Anexo 4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo 5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo 6 Termo de Referência

Anexo 7 Minuta do Contrato

Anexo 8 Atestado de Vistoria Técnica

Gilcea Bitencourt Rodrigues
Agente responsável pela elaboração do edital

Comissão Permanente de Licitação



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

PARTE B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante a Pregoeira **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio **GILCEA BITENCOURT RODRIGUES, CHARLES DE DEUS SILVA, TICIANE DOS SANTOS SARUBI E LUCIANE MARIA GOMES ALFELD CRUZ**, designados pela Portaria nº 236 de 17 de agosto de 2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 Centro – Paracambi-RJ, na sala da CPL, até o dia de **03 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 Centro – Paracambi-RJ, na sala da CPL, até o dia **03 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HORAS**, horário de Brasília – DF

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINK DE ACESSO, SÍNCRONO, DEDICADO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA ACOPLADO O SISTEMA PABX VIRTUAL E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIABILIDADE DA DEMANDA, OBJETIVANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI**, descritos e especificados no ANEXO 6 – Termo de Referência.

2.2. Em atendimento ao inciso III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o quantitativo estimado para os itens que superem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será dividido em grupo 1 - ampla participação, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento); e grupo 2 - cota reservada, correspondente a 25% do total (vinte e cinco por cento).

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em R\$ **230.064,00 (Duzentos e trinta mil e sessenta e quatro reais)**, conforme Anexo 1.3 deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Juiz Emilio Carmo 050 Centro Paracambi-RJ, no horário de 9:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente pregão presencial, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.5 - Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, obedecidas as seguintes regras:

5.5 - Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, obedecidas as seguintes regras:

5.5.1 - As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, no qual deverá estar indicada a empresa líder, como responsável principal perante o Município, pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação de Juízo.

5.5.2 - No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

5.5.3 - Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, mediante a apresentação da documentação comprobatória, a sua habilitação jurídica, a sua qualificação técnica, a sua qualificação econômico-financeira e a sua regularidade fiscal.

5.5.4 - As empresas consorciadas poderão somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

5.5.5 - As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem mediante a participação em qualquer outro consórcio.”

5.6 - Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.9 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/199

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representa-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (ANEXO 4), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.

6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Juiz Emilio Carmo 050 Centro – Paracambi-RJ, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

7.1.1 - Os licitantes interessados nos itens do Grupo 1 - Ampla participação (75%) do objeto licitado deverão incluir no envelope de propostas, além do formulário direcionado especificamente à cota principal, formulário que contemple o preço ofertado para o quantitativo integral (100%) do objeto, conforme modelos anexos ao presente edital.

7.1.2. As propostas de preços direcionadas ao quantitativo integral do objeto licitado somente serão analisadas pelo pregoeiro nos termos do item 10.15.

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

a) conter indicação do preço por item e total ofertado;

b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4 - A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (Anexo 1).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem serviços que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital (termo de referência) serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

d) prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da ordem de fornecimento.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

a) não estejam devidamente assinadas;

b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

- c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- d) apresente preço manifestamente inexequível;
- e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexequível, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame.

9.3. A sessão de julgamento será realizada em duas etapas distintas, de acordo com a cisão dos itens em cota reservada e cota principal.

9.4. De modo a atender o tratamento diferenciado previsto no inciso III, do art. 48, da Lei Complementar n.º 123/2006, o Pregoeiro deverá, em primeiro lugar, analisar as propostas direcionadas à cota reservada (25%).

9.5. Após a adjudicação da cota reservada (25%), o Pregoeiro deverá passar à análise das propostas direcionadas à cota principal (75%).

9.6. A análise das propostas direcionadas ao quantitativo integral do objeto somente será realizada pelo Pregoeiro na hipótese descrita no item 10.15.

9.7. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, o item deverá ser adjudicado pelo menor preço apresentado.

9.8. No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.9. Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.10 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

9.11 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.12 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.10, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.13 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.14 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.15 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.15.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

9.15.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.16 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.17 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Em relação aos itens do Grupo 1 – Ampla Participação, sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.4 – Em relação aos itens do Grupo 1 – Ampla Participação, sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, sociedade cooperativa e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.18 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.15 - Na hipótese de o objeto dos itens do Grupo 2 - cota reservada (25%) não ser adjudicado à licitante enquadrado como ME, EPP ou MEI, serão analisadas as propostas apresentadas para o quantitativo integral do objeto (100%), caso em que todo o quantitativo será adjudicado a um único licitante.

10.16 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.17 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

10.18 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário (ou global por lote) da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a nota de empenho.

10.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/1971, em se tratando de sociedade cooperativa.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

11.2.2.1 - Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)

ILG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

c) Certidão de Regularidade do profissional junto ao CRC que assina o Balanço Patrimonial da empresarial participante;

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea "b" acima.

11.2.3.1 - As sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea "b" acima.

11.2.4 – Da Qualificação Técnica:



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

a.) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado.

b) Atestado de visita técnica assinado pelo servidor responsável pela Unidade Vistoriada nos termos do Anexo VIII deste Edital ou Declaração de declínio de vistoria devidamente assinado pelo Representante Legal da Licitante (APRESENTAR NO ATO DO CREDENCIAMENTO);

11.2.5 - VISITA TÉCNICA

a - Serão realizadas visitas técnicas nos locais onde serão executados os serviços, por representante da empresa licitante, na data constante nas observações do edital, com encontro na Secretaria Municipal de Saúde. Será nomeado um servidor que acompanhará os licitantes durante a visita e, ao final, será expedido o atestado de participação da visita técnica, sendo uma via entregue ao Pregoeiro (a) e outra à Empresa.

b - O representante da empresa referido acima, deverá comparecer munido de documento de identificação e de declaração da empresa indicando-o e/ou autorizando-o para realizar a visita e deverá ser agendada **até 48h** anterior a data da realização do Certame Licitatório junto a Secretaria de Educação e Esportes através do tel: **021 2683-9115**.

c- Caso a visita seja realizada por sócio/proprietário da empresa, esta condição deverá ser comprovada através de cópia autenticada do contrato social.

d- A ausência do atestado de visita técnica ou a Declaração de Declínio da Vistoria, ou o não recebimento do mesmo pelo Pregoeiro (a), ocasionará a desclassificação da licitante no momento da abertura do certame.

11.2.6 – Declaração complementar, conforme Anexo 3, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;

d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;

f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;

g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

11.2.7 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 09:00h às 17:00h na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emilio Carmo 050 Centro – Paracambi-RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 09:00h às 17:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.3 – A fiscalização da execução contratual será exercida pela Comissão de Fiscalização, formada por 3 (três) servidores, formalmente designada pelo órgão requisitante.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - O prazo de execução do objeto será de até 10 (dez) dias, a contar da ordem de fornecimento, expedida após a assinatura do contrato administrativo ou retirada da nota de empenho, conforme o caso, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos moldes do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 – Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, assinar o contrato.

16.1 - Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, retirar a nota de empenho.

16.2 - O não comparecimento no prazo no item anterior acarretará a perda da expectativa do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.3 - Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 16.1, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até que haja a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4 - Nas situações previstas no subitem anterior, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16.5 - Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

17 - DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

17.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea "f" do caput deste item.

18.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e" e "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c" e "d".

18.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

20.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

20.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

20.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

20.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

20.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

20.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

20.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

21 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

21.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 230.064,00 (Duzentos e trinta mil e sessenta e quatro reais)**, conforme especificações do Termo de Referência.

21.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA.

21.3 A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

22 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

23.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emilio Carmo 050 centro – Paracambi-RJ, tel.: (21) 26839100, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

23.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

23.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

23.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

23.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

23.10 - As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2022, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084, 0136, 0266

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2045, 21.01.10.301.0015.2191, 21.01.10.302.0015.2105,

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

23.10.1 - As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

23.11 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo 1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo 2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo 3 Modelo de Declaração

Anexo 4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo 5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo 6 Termo de Referência

Anexo 7 Minuta do Contrato

Paracambi, de de 2023.

Gilcea Bitencourt Rodrigues
Agente responsável pela elaboração do edital



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

ANEXO 1

**FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
GRUPO 01 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Processo n.º 7052//2022

Licitação n.º /CPL/FMS/2023

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINK DE ACESSO, SÍNCRONO, DEDICADO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA ACOPLADO O SISTEMA PABX VIRTUAL E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIABILIDADE DA DEMANDA, OBJETIVANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo 7, parte integrante deste Edital .

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL
1	70 (setenta) Pontos de Acesso de Internet (Fibra óptica).	mensal	12	R\$	
				VALOR TOTAL	

Valor total de : _____

OBS: A EMPRESA DEVE APRESENTAR PLANILHA DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS NO OBJETO (item 1), JUNTAMENTE COM ESTA PLANILHA DE PREÇOS.

PRAZO DE INICIO: APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

ANEXO 1.2
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
GRUPO 02 – EXCLUSIVO ME/EPP/MEI

Processo n.º 7052//2022

Licitação n.º /CPL/FMS/2023

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINK DE ACESSO, SÍNCRONO, DEDICADO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA ACOPLADO O SISTEMA PABX VIRTUAL E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIABILIDADE DA DEMANDA, OBJETIVANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo 7, parte integrante deste Edital .

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA N.º:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL
2	70 (setenta) Telefonia acoplada à plataforma de gestão PABX.	mensal	12	R\$	
3	Locação de aparelhos necessários para o fornecimento do acesso a internet e do ramal principal e demais pontos de telefonia.	mensal	12	R\$	
				VALOR TOTAL	

Valor total de : _____

OBS: A EMPRESA DEVE APRESENTAR PLANILHA DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS NO OBJETO (item 1), JUNTAMENTE COM ESTA PLANILHA DE PREÇOS.

PRAZO DE INICIO: APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Comissão Permanente de Licitação



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado

ANEXO 1.3
PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMO ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MENOR VALOR TOTAL
1	70 (setenta) Pontos de Acesso de Internet (Fibra óptica).	mensal	12	R\$ 153.360,00
2	70 (setenta) Telefonia acoplada à plataforma de gestão PABX.	mensal	12	R\$ 56.400,00
3	Locação de aparelhos necessários para o fornecimento do acesso a internet e do ramal principal e demais pontos de telefonia.	mensal	12	R\$ 20.304,00
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 230.064,00

VALOR TOTAL R\$ 230.064,00 (Duzentos e trinta mil e sessenta e quatro reais)



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____,
DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade
Pregão Presencial nº _____ /CPL/FMS/2023.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

ANEXO 3

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº /CPL/FMS/2023 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal n.º. 8.666/93.

Comissão Permanente de Licitação



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- Declara por derradeiro total responsabilidade, estando ciente de que a **falsidade** de qualquer das **informações** ora prestadas acarretará a aplicação das **sanções legais** cabíveis, de natureza civil e penal.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO 4

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº /CPL/FMS/2023

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____ /CPL/FMS/2023

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura as Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

ANEXO 6

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 013/2022/SEMUS

1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto desta licitação a Contratação de empresa para prestação de serviços de telecomunicações de acesso à internet banda larga para a implementação, operação e manutenção de link de acesso, síncrono, dedicado, bem como os serviços de telefonia fixa acoplado o sistema PABX virtual e locação de equipamentos para viabilidade da demanda, objetivando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paracambi.

1.2. A prestação de serviços será procedida da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
------	-----------	-------	--------



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

01	Pontos de Acesso de Internet (Fibra óptica).	mensal	12 meses
02	Telefonia acoplada à plataforma de gestão PABX.	mensal	12 meses
03	Locação de aparelhos necessários para o fornecimento do acesso a internet e do ramal principal e demais pontos de telefonia.	mensal	12 meses

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

2.1. O objeto em epígrafe lastreia-se na necessidade da Secretaria Municipal de Saúde mantém diversos sistemas que necessitam de uma internet estável e de alta qualidade para serem alimentados e acessados constantemente. Considerando que o provedor de internet anterior que mantém contrato com esta secretaria não consegue manter uma estabilidade necessária para o desenvolvimento dos trabalhos de forma eficiente, e, não detém disponibilidade de rede para todas as unidades pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Paracambi.

2.2. Considerando que a contratação da nova rede permitirá adotar mecanismos com vistas a melhorar a conectividade e suas velocidades, agregar novos serviços necessários para qualidade do link, elevar a segurança das operações realizadas através da rede, com especial atenção aos aspectos de alta disponibilidade. Além disso, em virtude do grande número de sistemas que necessitam de uma internet de qualidade para operacionalizar o serviço público que cada vez mais dependem do ambiente virtual para realizar suas demandas, portanto, sendo necessário o aumento da velocidade da rede e de uma internet eficiente.

2.3. Tendo em vista a necessidade de manter a disposição das unidades administrativas desta municipalidade meios de comunicação suficientes e eficazes para a interação dos servidores com os agentes externos e munícipes no intuito de dar mais presteza e celeridade nos serviços públicos desenvolvidos por esta Administração. Destarte, imperioso se faz esclarecer que o serviço de telefonia fixa com sistema PABX nas modalidades de serviços de ligações locais, de longa distância por possuir natureza contínua e ser imprescindível, uma vez que a contratação objetiva os meios de comunicação suficientes para a interação entre os servidores e entre servidores com unidades externas (munícipes), interação relacionada às atividades de competência desta Administração Pública como um todo.

2.4. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO E QUANTITATIVO

3.1. Os locais que deverão ser disponibilizados os Serviços de Internet e Telefonia Fixa com o acoplamento do sistema de PABX estão descritos na planilha abaixo:

nº	UNIDADES DE SAÚDE	ENDEREÇOS	SERVIÇOS A SEREM IMPLMENTADOS	QUANT.
----	-------------------	-----------	-------------------------------	--------



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

1	ALMOXARIFADO DA SAÚDE	RUA SEBASTIÃO LACERDA S/Nº - ANTIGA FÁB BRASIL IND	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
2	ALMOXARIFADO DA SAÚDE (SETOR DE COMPRAS)	RUA SEBASTIÃO LACERDA S/Nº - ANTIGA FÁB BRASIL IND	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
3	CAPS AD	ESTRADA RJ 127 Nº 10.800 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
4	CAPS VILA ESPERANÇA	RUA GETULIO VARGA, Nº 63 – CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
5	CAPSI	RUA CAPITÃO ACHILES Nº 162 - FÁBRICA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
6	CENTRAL DE REGULAÇÃO (ANTIGO SENAC)	RUA CORONEL OTHON Nº 466 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
7	CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSSES	RUA KARDEC DE SOUZA S/Nº - PARQUE RAIA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
8	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (ANTIGO SENAC)	RUA CORONEL OTHON Nº 466 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
9	COORD DE ATENÇÃO BÁSICA BÁSICAS	AVENIDA DOS OPERÁRIOS Nº 186 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

10	COORDENAÇÃO DE HIPERDIA E ATAM	AVENIDA DOS OPERÁRIOS Nº 186 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
11	COORDENAÇÃO DE SAÚDE DA MULHER	AVENIDA DOS OPERÁRIOS Nº 186 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
12	COORDENAÇÃO MELHOR EM CASA (ANTIGO SENAC)	RUA CORONEL OTHON Nº 466 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
13	COORDENAÇÃO SAÚDE MENTAL	RUA GETULIO VARGA, Nº 63, CASA 01 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
14	EPIDEMIOLOGIA	RUA GETÚLIO VARGAS Nº 16 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
15	FARMÁCIA CENTRAL	AVENIDA DOS OPERÁRIOS Nº 186 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
16	FARMÁCIA DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS (ANTIGO SENAC)	RUA CORONEL OTHON Nº 466 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
17	GABINETE (CONTROLE/CONTRATOS E FINANCEIRO)	RUA CORONEL OTHON Nº 456 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
18	GABINETE SEMUS - RECEPÇÃO, RH E PLANEJAMENTO	RUA CORONEL OTHON Nº 456 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

19	GABINETE SEMUS - TESOURARIA E SALA DE REUNIÃO	RUA CORONEL OTHON - Apart. 102 Nº 456 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
20	HOSP MUN DR ADALBERTO DA GRAÇA - ADMINISTRAÇÃO	AVENIDA JONAS LEAL Nº 17 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
21	HOSP MUN DR ADALBERTO DA GRAÇA - CENTRO DE IMAGEM	AVENIDA JONAS LEAL Nº 17 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
22	HOSP MUN DR ADALBERTO DA GRAÇA - MATERNIDADE	AVENIDA JONAS LEAL Nº 17 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
23	HOSP MUN DR ADALBERTO DA GRAÇA - URGENCIA E EMERGENCIA	AVENIDA JONAS LEAL Nº 17 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
24	HOSPITAL - OUVIDORIA	AVENIDA JONAS LEAL Nº 17 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
25	HOSPITAL - RECEPÇÃO CENTRAL	AVENIDA JONAS LEAL Nº 17 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
26	LABORATÓRIO MUNICIPAL	RUA GETÚLIO VARGAS Nº 53 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
27	OUVIDORIA DA SAÚDE	AVENIDA DOS OPERÁRIOS Nº 186 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

28	POLICLÍNICA - CONSULTÓRIOS	RUA GETÚLIO VARGAS Nº 16 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
29	POLICLÍNICA - RECEPÇÃO	RUA GETÚLIO VARGAS Nº 16 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
30	POLICLÍNICA (FUNDOS)	RUA GETÚLIO VARGAS Nº 16 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
31	POSTO DE SAUDE AMAPÁ	RUA CIPRIANO RODRIGUES CABRAL Nº 355 - AMAPÁ	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
32	POSTO DE SAUDE BNH 1º DE MAIO	RUA NATAL Nº 69 - BNH	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
33	POSTO DE SAUDE BOM JARDIM	EST MAURICIO SILVA GUIMARAES 1138 LAJES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
34	POSTO DE SAUDE CABRAL	ROD RJ 127 19 CABRAL	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
35	POSTO DE SAUDE CASCATA	RUA DR VICENTE CICARINO Nº 299 - CASCATA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
36	POSTO DE SAUDE CHACRINHA	RUA JOSÉ LUIZ AMORIM Nº 141 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
37	POSTO DE SAÚDE DO MUTIRÃO	RUA FAZENDA VITORIA 100 MUTIRAO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
38	POSTO DE SAUDE FLORESTA	EST CAP BRAGA 100 KM 9	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

39	POSTO DE SAÚDE GUARAJUBA	RUA AYRTON SENNA AC AV CANAL S/N GUARAJUBA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
40	POSTO DE SAUDE JARDIM NOVA ERA	RUA DOS ANTÚRIOS Nº 65 - JARDIM NOVA ERA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
41	POSTO DE SAUDE LEAO XIII (CONSULTORIO E RECEPÇÃO)	AV PREF HELIO FERREIRA DA SILVA 116 LAJES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
42	POSTO DE SAUDE LEAO XIII (FARMACIA)	AV PREF HELIO FERREIRA DA SILVA 116 LAJES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
43	POSTO DE SAUDE MUTIRÃO	ESTRADA FAZENDA VITÓRIA DA UNIÃO Nº 100 - MUTIRÃO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
44	POSTO DE SAUDE PACHECO	RUA PREEITO JOSE MARIA LIMA, Nº 112 - PACHECO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
45	POSTO DE SAUDE PONTE COBERTA	TRAVESSA Mª FURTADO DE QUEIROZ Nº26 CASA 01 - PONTE COBERTA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
46	POSTO DE SAUDE SABUGO	ESTRADA MANOEL ALVES Nº 10 - SABUGO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
47	POSTO DE SAÚDE SÃO JOSÉ	EST SAO JOSE S/N SÃO JOSE	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
48	POSTO DE SAUDE SAUDOSO	EST SAUDOSO S/N SAUDOSO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e	12 MESES



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

			fornecimento de equipamentos.	
49	PREDIO GUARAJUBÃO - ARQUIVO	ESTRADA RJ 127 Nº 9150 - GUARAJUBA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
50	PREDIO GUARAJUBÃO - TRANSPORTE	ESTRADA RJ 127 Nº 9150 - GUARAJUBA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
51	RESIDENCIA TERAPEUTICA	RUA GETULIO VARGA, Nº 63 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
52	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	RUA DOMINIQUE LEVEL Nº 400 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
53	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	RUA JULIO FERREIRA Nº 56 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
54	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	RUA MAJOR MAXIMIANO DE CARVALHO Nº 408 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
55	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	RUA PARACAMBI Nº 82 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
56	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	RUA PREFEITO BENTO BARBOSA Nº 215 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
57	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA - AMBULATÓRIO	RUA DR PEDRO NABUCO Nº 101 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

58	RESIDENCIA TERAPEUTICA (CASINHAS RT) - 10 CASAS	Rua JOSÉ LUIZ AMORIM Nº 155 - LAGES	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
59	SAMU	ESTRADA RJ 127 Nº 11.081 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
60	SENAC – Vigilância Sanitária	RUA CORONEL OTHON Nº 466 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
61	VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE	RUA CIPRIANO RODRIGUES CABRAL Nº 170 - AMAPÁ	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
62	VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE (ACE)	RUA OSCAR DA SILVA TRESSA, Nº 15, LOJA 02 - GUARAJUBA	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES
63	VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANTIGO SENAC)	RUA CORONEL OTHON Nº 466 - CENTRO	Internet, telefonia fixa, sistema PABX e fornecimento de equipamentos.	12 MESES

3.2. Observa-se que as unidades poderão sofrer alterações de seus endereços, uma vez que grande parte destas unidades são alugadas pela Secretaria de Saúde;

3.3. Deverá ser disponibilizado 70 (setenta) pontos de acesso a rede de internet e telefonia fixa para a Secretaria Municipal de Saúde, podendo utilizar-se de todos os pontos previstos ou não.

4. DOS SERVIÇOS

4.1. Os equipamentos a serem fornecidos na forma de locação são:

- a) modem Wi-Fi com no mínimo de velocidade de 500mb;
- b) aparelhos telefones fixo;
- c) repetidores de sinal com velocidade mínima de 500mb;
- d) demais equipamentos para implementação dos serviços.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

4.2. deverão ser fornecidos 70 (setenta) pontos de acesso de internet banda larga e pontos de telefonia fixa, podendo o quantitativo ser suprimido de acordo com a necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

4.3. Implementação do sistema PABX, que de um modo simplificada, consiste na conexão do aparelho diretamente à uma operadora de telefonia (com uma ou mais linhas), da mesma maneira que um telefone comum. O diferencial é que ele permite a conexão direta com outras linhas internas, inclusive sem fio, por meio de ramais.

4.4. o sistema de PABX poderá ser feito de analógico, IP ou híbrido;

4.5. O PABX analógico suas principais funções são:

- Seleção automática de linhas – ao realizar a ligação, a central verifica o melhor plano que o cliente tem em cada linha, gerando mais economia;
- Ramal econômico – programa um limite de tempo para cada ligação; por exemplo, o telefone de um colaborador pode ser programado para fazer chamadas de no máximo cinco minutos e, quando passar do tempo, a ligação cairá;
- Controle das chamadas telefônicas internas e externas;
- Chamada em espera;
- Possibilidade de inserir um menu para encaminhar o atendimento (Atendimento Automático Digital por uma DISA – URA);
- Possibilidade de programar um ramal para realizar o desvio externo;
- Conexão com porteiros eletrônicos;
- Possibilidade de integrar a um software de tarifação para realizar o controle de chamadas (Controller);
- Transferência de chamadas;
- Identificador de chamadas;
- Reuniões por telefone (chamada em conferência);
- Bloqueio no recebimento de chamadas a cobrar.

4.6. O PABX IP suas principais funções são:

- Ramal remoto;
- Unidade de Resposta Audível (URA);
- Possibilidade de fazer reuniões por áudio;
- Correio de voz moderno;
- Pode ser adotado por empresas de qualquer porte, pois é escalável e não exige espaço físico para sua instalação;
- Conta com todas as funcionalidades dos modelos analógico e digital.

4.7. O PABX híbrido suas principais funções são:

- Interligação com computadores, dispositivos móveis e outros tipos de PABX;
- Possibilidade de fazer ligações com tecnologia IP;
- Todas as vantagens dos sistemas anteriores.

5. PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DO SERVIÇO.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

5.1. A nota de empenho será emitida pela CONTRATANTE, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4482/2017.

5.2. O prazo de início da prestação de serviços é de no máximo 10 (dez) dias, contados da data de emissão da ordem de serviço, salvo em condições previamente justificadas.

5.3. As instalações da rede de internet e telefonia deverão ser realizadas nas unidades especificadas no Item 3.1 deste Termo, de acordo com suas necessidades, das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;

5.4. Os custos da substituição do material/serviço rejeitado, por motivo de defeito ou desacordo com as especificações, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA;

5.5. A inobservância dos prazos de entrega sujeitará a CONTRATADA às sanções legais cabíveis;

5.6. O objeto a ser licitado enquadra-se na classificação de serviço comum, nos Termos da Lei Nº 10.520/2002, do Decreto Nº 3.555/2000 e do Decreto Nº 5.450/2005, ou seja, os serviços a serem utilizados em todas as Unidades da Rede Municipal de Saúde, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, considerados materiais com padrões de eficácia, qualidade e definições objetivas, através de especificações usuais no mercado.

5.7. Critérios De Sustentabilidade Ambiental:

3.4.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e o artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000;

5.8. No caso de empresas produtoras, ou que exerçam quaisquer das atividades descritas no Art. 2º da Lei Federal nº. 6360/76 será necessária a apresentação de:

3.5.1. Autorização de funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde do Brasil, conforme Art. 50 da Lei Federal nº 6360/76 e Art. 75, do Decreto nº. 79.094/77.

3.5.2. Licença de Funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade da federação (art. 51 da Lei Federal 6360/76 e art. 78 do Decreto 79094/77).

5.9. Em se tratando de empresas distribuidoras ou que exerçam quaisquer das atividades descritas nos artigos 21, da Lei 5.991/73 e 14, do Decreto 74170/74, será necessário a apresentação da Licença de funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade da Federação.

5.10. A garantia, quanto às qualidades específicas e aplicações dos itens deste Termo de Referência, deverá obedecer à estipulada pelos respectivos fabricantes, sem prejuízo das garantias e direitos legais inscritos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.

6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

6.1. O recebimento provisório e definitivo dar-se-á após a verificação da conformidade do serviço com a especificação; em observância do que preconiza o Art. 73, da Lei Federal Nº 8.666/93.

6.2. O recebimento dar-se-á após a verificação da conformidade com a especificação constante neste Termo de Referência, pela CONTRATANTE.

6.3. Os serviços serão prestados provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e aceitação de acordo com Decreto Municipal nº 5.267/2021.

6.4. Os serviços serão prestados definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e aceitação de acordo com Decreto Municipal nº 5.267/2021.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá à CONTRATADA:

7.1.1. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

7.1.2. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

7.1.3. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o material/serviço no qual forem constatados incorreção ou qualquer dano, em até 5 (cinco) dias;

7.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;

7.1.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da dispensa de licitação;

7.1.6. Entregar o material/equipamentos devidamente embalado de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pela CONTRATANTE, incluindo a contagem do material entregue;

7.1.7. Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

7.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste objeto;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

7.1.9. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados pela CONTRATANTE.

7.1.10. Fornecer juntamente com a entrega dos materiais toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo termo de garantia;

7.1.11. Caso haja alteração na qualidade do objeto, evidenciada pela CONTRATADA, prejudicando o que foi pactuado, o contrato poderá ser interrompido, cabendo ao órgão avaliar sobre a continuidade do contrato;

7.1.12. Cabe à CONTRATADA prestar informações a respeito das medidas necessárias para melhor conservação dos materiais;

7.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

7.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá ao CONTRATANTE:

8.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa fornecer os materiais de acordo com as determinações da CONTRATANTE, especialmente deste Termo;

8.1.2. Fornecer a listagem do material, os dados para a entrega temporal do objeto e inicialização do serviço;

8.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

8.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material (s) entregues fora da especificação ou com problemas técnicos;

8.1.7. Receber os itens, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal e atestando seu recebimento;

8.1.8. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

8.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

8.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Deverá ser designado uma Comissão composta de (três) membros, preferencialmente efetivos, com atribuição específica de fiscalizar a execução dos contratos celebrados pela respectiva pasta, conforme art. 69 do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

9.4.1. O ato de designação deverá ser publicado no Diário Oficial de Paracambi, sendo o primeiro nome elencado o Presidente da Comissão de Fiscalização, conforme art. 69, § 1º do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

9.5. A nota fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do objeto, o número da Nota de Empenho e os dados bancários da empresa;

9.5.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

9.6. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

9.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer material entregue sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato;

9.8. A CONTRATADA fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação ao fornecimento do material, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- cometer fraude fiscal;

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 10.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2. multa moratória de 02% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 10.2.3. multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município com o consequente descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1 deste Termo de Referência.
- 10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

10.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de apuração preliminar ou processo administrativo de responsabilização.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO E ADITAMENTO

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura e poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

12. PROPOSTA E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A proponente deverá apresentar proposta de preço que deverão conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento relativo a esta contratação;

13. PROPOSTA E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. A proponente deverá apresentar proposta de preço que deverão conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento relativo a esta contratação;

13.2. Será utilizado a metodologia prevista na **Lei Federal nº 8.666/1993**, sendo utilizado a melhor técnica e o menor preço por item conforme art. 45, §4º, da referida Lei supracitada.

14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo correrão pelo Orçamento da SEMUS no exercício de 2022, e serão alocados pela Diretoria de Orçamento e Finanças do Fundo Municipal de Saúde.

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte	Código Reduzido
----------------------	---------------------	-------	-----------------



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

21.01.10.301.0015.2191	3.3.90.39.00.00.00.00	0266	312
21.01.10.301.0015.2191	3.3.90.39.00.00.00.00	0136	2496
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.39.00.00.00.00	0266	369
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.39.00.00.00.00	0136	2460
21.01.10.302.0015.2105	3.3.90.39.00.00.00.00	0084	2504
21.01.10.122.0015.2045	3.3.90.39.00.00.00.00	0084	268

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O valor final para o cumprimento do objeto do presente Termo de Referência será definido após a Cotação Prévia de Preços;

15.2. O CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da CONTRATADA.

Paracambi, 18 de outubro de 2022.

Elaborado por:

DAYANA FRANCO HENRIQUE

Diretora de Compras/FMS

GABINETE DO SECRETÁRIO, 18 DE OUTUBRO DE 2022.

1- Ciente;

1- De acordo.

DIEGO XAVIER DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica:_____ Folhas:_____



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

ANEXO 7

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____ / _____.

A EMPRESA _____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E _____.

O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro, Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294/0001-02, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representado neste ato pelo Sr. Diego Xavier de Almeida, carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, Secretário Municipal de Saúde, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesta ato, _____, portador da identidade nº _____, brasileiro, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para a prestação de serviços de _____ (objeto do contrato), de acordo com o processo administrativo nº 7052/2022 e o Termo de Referência da Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a _____, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
I				

Parágrafo único. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e respectivos da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- XIV. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

XV. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993;

XVI. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;

XVII. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção do fornecimento;

XVIII. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA, na forma do art. 3º, da Lei Federal nº 10.192/2001.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

I- ORIGEM DOS RECURSOS: _____

II- PROGRAMA DE TRABALHO: _____

III- ELEMENTO DE DESPESA: _____

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da

IV- CONTRATADA.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA é responsável por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores ajustados.

Parágrafo primeiro. O prazo para pagamento será de no máximo trinta dias contados da data final do período do adimplemento do objeto, nos termos do art. 40, XIV, a, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo segundo. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo terceiro. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo índice _____ (índice de atualização financeira) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo quarto. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa para a ocorrência do atraso.

Parágrafo quinto. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

Não será exigida garantia para este Pregão presencial nos moldes previsto no Artigo 56 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

O Contrato poderá ser modificado pelo MUNICÍPIO, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do caput poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS**

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 2021.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____
1 - _____
CPF _____



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

ANEXO 8
ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Processo nº: 7052/2022

Licitação nº: _____CPL/2023.

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade Pregão Presencial nº _____/CPL/ /2023, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, tomou conhecimento e está ciente das condições e dos locais onde serão executados os serviços e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias a execução do objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Obs: A Empresarial licitante poderá optar por Declaração formal em substituição ao Atestado de Visita Técnica de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços com expressa ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços. (Súmula 01 do TCE-RJ).

Paracambi _____ de _____ de 2023.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretário Municipal

Assinatura do Representante da Licitante

Comissão Permanente de Licitação



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica:_____ Folhas:_____



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO N.º /CPL/2023

PROCESSO N.º 7052/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2045

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

DOTAÇÃO: 268

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA DE DE 2023 ÀS HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:	DE	DE 2023 ÀS	HORAS
--------------------------	----	------------	-------

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINK DE ACESSO, SÍNCRONO, DEDICADO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA ACOPLADO O SISTEMA PABX VIRTUAL E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIABILIDADE DA DEMANDA, OBJETIVANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo 7, parte integrante deste Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 13:30 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico.

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (Doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo 1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo 2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo 3 Modelo de Declaração

Anexo 4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo 5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo 6 Termo de Referência

Anexo 7 Minuta do Contrato

Anexo 8 Atestado de Vistoria Técnica

Depto. de Licitações e Compras

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paracambi
Secretaria Municipal de Saúde-FMS

Processo: 7052/2022
Rubrica: _____ Folhas: _____

E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	